

# VOTO: RACIONALIDADE OU SIGNIFICADO?

**Moacir Palmeira**

Olhando para o quadro, ao mesmo tempo amplo e bem estruturado, que Mônica Mata Machado de Castro nos traça da controvérsia em torno do comportamento eleitoral, impressiona - a um não-cientista político - menos a variedade de respostas formuladas pela literatura para o "paradoxo da participação" e a riqueza de interpretações sobre a direção do voto do que a sua coexistência com uma concepção absolutamente consensual e naturalizada desse mesmo voto.

Aos autores envolvidos no debate parece não faltar imaginação e ousadia no questionamento de certas idéias que o uso continuado acabou por naturalizar. Desrespeitando o seqüenciamento feito por Mônica Mata Machado de Castro, eu lembraria a imagem do eleitor isolado, questionada por Marcus Figueiredo (citado pela autora), e a dúvida bem fundada da própria Mônica Maca Machado de Castro a propósito da complexidade do cálculo a ser feito pelo eleitor quando toma a decisão de votar ou não. Evocaria também uma certa distância que alguns críticos da abordagem custos-benefícios estabelecem entre participação no processo eleitoral e voto, quando afirmam que, "em alguns casos, participar do processo eleitoral pode significar, por si só, recompensa, e não custo". Ou ainda o alerta da autora do artigo: essa constatação implica "ampliar o conceito de utilidade esperada, fazendo-o abarcar recompensas também de cunho valorativo, ético, moral"; e sua indicação de que a diversidade de benefícios e custos sugere sua variação "por setores do eleitorado em situações socioeconômicas distintas".

Lembraria, na mesma direção, a crítica de Stokes - referindo-se à questão da direção do voto - ao "axioma do espaço unidimensional" e a importância que ele confere a outras dimensões que não a econômica, bem como sua afirmação de que "partidos e candidatos, de um lado, e eleitores, de outro, não percebem da mesma maneira a disputa eleitoral". Esses exemplos poderiam se multiplicar.

Curiosamente, nada disso tem conseqüências sobre o modo como esses autores concebem o voto. Variam a caracterização feita do "contexto" e o peso que lhe é atribuído, mas todas as correntes da teoria da escolha racional - "dadas certas condições institucionais, o eleitor identifica os meios mais eficazes para que seus fins sejam atingidos: decide, assim, se vota ou não e em que direção" -, passando pela corrente sociológica - "em função das influências que recebe através das interações que se dão nos diversos grupos dos quais participa, o eleitor é levado a votar ou não em uma ou outra direção, enfim, a escolher um determinado curso de ação" -, até a tentativa da autora de uma "integração teórica complexa" - expressa na formulação de Fábio Wanderley Reis de que "todo voto pode ser entendido como uma ação intencional, portanto racional e ideológica, isto é, uma ação voltada para realizar de forma mais eficaz os objetivos de cada ator"; mas "é preciso considerar que os atores agem em situações estruturais e ambientais diversas..." -, representam o voto da mesma maneira: como uma ação individual, intencional, envolvendo escolha, voltada para objetivos precisos e previamente definidos. 'Prata-se de algo dado, auto-evidente. Como será também evidente o seqüenciamento estabelecido entre a decisão de participar ou não do processo eleitoral e, em caso positivo, a escolha de um determinado candidato. Um seqüenciamento possível tornase um seqüenciamento lógico.

Essa naturalização da operação social do voto - que, ficando ao largo das investidas críticas dos participantes da controvérsia contra algumas de suas manifestações, acaba sendo confirmada na sua evidência - não é casual. Analisando os debates parlamentares que, na França da virada do século, resultaram na adoção da cabina eleitoral, Alain Carrigou (1) fornece uma pista interessante para pensarmos essa naturalização do voto: "Transformando em santuário a expressão eleitoral da opinião individual, os empreendedores políticos fazem mais do que impor as condições de um voto individual. Eles impõem também uma visão idealizada da escolha pessoal" (p. 44). Segundo esse autor, a adoção da cabina, ao lado de outras tecnologias institucionais, representa "um artifício pelo qual o ato de votar é separado das outras atividades sociais, e, de algum modo, esvaziado de conteúdo social" (p. 45). Se essa análise da construção social do eleitor moderno for pertinente para o entendimento de outras experiências históricas, é possível que o consenso em torno do voto revele apenas a adequação entre o conceito e os marcos históricos e institucionais a que está referido. Ocorre, todavia, que "a separação do eleitor da ganga dos múltiplos laços que o definem

socialmente" (Garrigou, 1988, p. 45) não implica a supressão desses laços. São laços como esses que se insinuam nas formulações "heterodoxas" dos participantes do debate. É para laços desse tipo que Mônica Mata Machado de Castro aponta explicitamente na abertura de seu texto, ao lembrar que "a produção teórica não só a respeito do Brasil (...) está repleta de exemplos do voto identificado como clientelista, não-informado, errático, supostamente não-ideológico".

Uma experiência de pesquisa (2) fundada no pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas e de que os significados sociais que investem em suas ações têm conseqüências objetivas para os resultados dessas ações sugere-nos que o voto não é necessariamente uma empresa individual, que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir à indicação de representantes ou governantes e que seqüências aparentemente naturais como a que citamos acima podem não ser matéria de lógica, mas de "socio-lógica".

Nas áreas que estudamos, ao contrário de outras atividades, a política não é pensada como uma atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, que é designado sintomaticamente como o **tempo da política**. O tempo da política representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades divididas de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades. Como a facção, fora do tempo da política, resume-se aos chefes políticos e a uns poucos seguidores, a disputa eleitoral é exatamente uma disputa para incorporar o maior número possível de pessoas, o maior número de apoios a cada facção. É o seu lado da sociedade que tem que ser aumentado. Está, pois, em jogo uma disputa que é mais ampla do que a disputa eleitoral *stricto sensu*. Está em questão tanto a tentativa de acesso a certos cargos de mando quanto o peso relativo de diferentes partes da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo.

Nestas circunstâncias, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. Para o eleitor, o que está em pauta em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. Diferentemente do que nos acostumamos a ver nas grandes cidades, o fato de alguém ter um cartaz, uma fotografia do candidato ou o nome dele na porta de casa equivale a uma declaração de voto. E mais ainda, é uma sinalização de que o dono da casa pertence a uma determinada facção. O fato de não ter um título de eleitor, o que não é pouco freqüente, não é suficiente para afastar alguém da campanha eleitoral, e muito menos serve de alibi para sua eventual não-participação. Em situações como essa, a decisão de votar pode ser posterior à adesão a uma candidatura.

Se o voto-escolha é uma decisão individual tomada com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política. Mas este é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes posições ou categorias sociais, e que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização.

Há uma adesão (e o termo aqui não seria muito adequado) vinculada a certas "lealdades primordiais", à solidariedade familiar, aos laços de parentesco, amizade, vizinhança. Nesse tipo de sociedade, a vinculação familiar é particularmente importante. Mesmo quando não está em jogo a militância permanente em uma facção, as obrigações sociais que alguém tem para com os membros de sua família estendem-se à esfera política. Há uma expectativa geral de que um candidato conte com os votos de seus parentes e, com relação ao eleitor individual, de que ele, tendo parente candidato, vote no parente. Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo.

Isso não significa - que fique claro - postular a existência de uma correspondência entre certas relações instituídas, como as relações de família, e o pertencimento a um determinado partido ou facção política; e, ainda, a utilização de determinados instrumentos políticos do tipo "voto de favor". Eu diria, ao contrário, que parece haver uma certa autonomia entre a "lealdade do voto" e as "lealdades fundamentais" a familiares ou parentelas. Essas diferentes lealdades podem convergir, mas isso nem sempre é verdade; pode ou não acontecer. Não me parece que as divisões de famílias na política sejam fatos excepcionais ou efeitos recentes de uma certa decomposição da "ordem tradicional". A lealdade política, lealdade do voto, é adquirida via compromisso: ela não implica necessariamente nem ligações familiares nem vinculação a um partido, mas tem a ver com o compromisso pessoal, com favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias. Ela articula, na verdade, uma outra esfera de sociabilidade; e, eventualmente, as diferentes esferas podem entrarem em conflito.

Parentes ou não, as pessoas relacionam-se no dia-a-dia através de múltiplos fluxos de trocas que as vão vinculando umas às outras, confirmando ou não relações preexistentes, cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens dentro de uma comunidade. Via de regra, estão em jogo ajudas ou pequenos favores que vão sendo

saldados ao longo do tempo e que permitem a inversão freqüente das posições de quem dá ou recebe. Mas há também grandes favores ou ajudas maiores que são buscados fora, com quem tem condições de prestá-los por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficientes para mobilizar recursos de diferentes espécies, de modo a atender às solicitações feitas. A eleição pode ser se não um momento de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, e a retribuição é o voto. Quanto a esse ponto, aliás, não apresentamos grande diferença com relação ao que tem sido relatado pela literatura sociológica internacional sobre patronagem e clientelismo. Nos casos que estudamos, todavia, as coisas parecem ser um pouco mais complexas. Favores ou ajudas grandes e pequenos (sem que isso suprima o que foi dito antes) supõem, de um lado, um pedido, e, de outro, uma promessa; ou seja: diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas (a promessa da retribuição e a promessa do atendimento). A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas votam na ("acompanham a", como se diz) facção que abriga ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas).

Por outro lado, como as próprias ações políticas (ações próprias do tempo de política) supõem promessas recíprocas (a promessa do candidato e a promessa do eleitor de votar no candidato), elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. E boa parcela da arte do político consistirá em conseguir adesões através de compromissos criados por sua própria ação na época da política (isto é, criados na própria campanha).

É por aí que se pode pensar a distribuição farta de diferentes tipos de bens, de dinheiro a colchão, que marca as disputas eleitorais no interior. O recebimento de um bem material no tempo da política, tanto quanto um serviço pensado como favor ou ajuda fora do tempo da política, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato que o doou. Aliás, a melhor prova da eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para partidos ou candidatos de esquerda da orientação que dão no sentido de "pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência". A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário - que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes de legitimidade e honra pessoal embutidos na palavra empenhada -, o recebimento de um bem leva o eleitor a votar "naturalmente" no seu doador.

Essa distribuição de bens é inerente ao processo eleitoral tal como ele é concebido nas áreas estudadas. Será preciso determinar com rigor a especificidade de cada tipo de bem que entra na transação do voto. Isso é fundamental porque, não apenas os que vêm o processo de fora, mas também pessoas e grupos envolvidos diretamente no processo político local referem-se com grande freqüência à "compra de votos" ou ao "voto por dinheiro", quando não à sua mercantilização e à força crescente do "poder econômico" nas eleições. E mais: há uma tendência nítida dessas pessoas para apontar qualquer tipo de transação material como implicando, em última instância, determinados valores monetários, e, portanto, como um processo de compra e venda.

Engana-se, todavia, quem achar que observadores de fora e participantes do processo estão dizendo a mesma coisa. No caso dos primeiros, está em jogo a denúncia de procedimentos tidos como espúrios. No caso dos últimos, está em jogo o uso de uma retórica capaz de atrair apoios externos contra as possibilidades de uso indevido de instrumentos que sempre foram acionados em processos eleitorais, mas que, usados fora de medida, são capazes de provocar desequilíbrios que ameaçariam não apenas eventuais chefias políticas, mas o próprio significado social das eleições para essas populações. Engana-se, portanto, uma segunda vez quem achar que a "compra de voto" é privilégio de uma ou outra facção política; e uma terceira vez quem julgar que a denúncia de compra de votos é exclusividade de algumas delas. Com exceção de uns poucos e pequenos partidos ou grupos políticos programáticos, o que é condenado é o uso do dinheiro ou de outros bens sem a mediação do compromisso para desfazer compromissos preestabelecidos como modalidade exclusiva ou principal de tentar obter votos; ou a utilização de quantidades de dinheiro no processo eleitoral não proporcionais à capacidade financeira dos demais candidatos; ou ainda a mercantilização de certos elos das redes sociais que se estabelecem no tempo da política, até então preservados. Um candidato dar uma certa quantia de dinheiro a seus cabos eleitorais (mesmo estimando que há um preço médio por eleitor) para despesas de campanha em sua área de atuação, assim como a distribuição de refeições ou a doação de pequenas quantias para possíveis eleitores é considerado absolutamente natural. Entretanto, é condenável dar uma quantidade maior de dinheiro ao cabo eleitoral de um adversário para que ele, virando de lado aberta ou disfarçadamente, passe a fazer essas mesmas coisas a seu favor. Como também é condenada a distribuição direta, para os eleitores, de quantidades elevadas de dinheiro, condicionadas ao voto; ou são condenados os gastos considerados excessivos com propaganda; ou ainda a distribuição ilimitada de certos bens, como as camisetas com nomes de candidatos.

Como o que está em jogo não é uma escolha, mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor (sob pena de ser considerado indeciso) que seja capaz de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher **a**, e não **b**. Nas situações estudadas, ou se tem uma espécie de declaração prévia de adesão a uma facção em função de compromissos publicamente conhecidos; ou em função da manipulação de emblemas, como os cartazes afixados na frente das casas; ou do uso de cores de um determinado partido ou candidato; ou ainda da frequência a locais identificados, durante o tempo da política, com uma determinada facção; ou, então, há a justificativa, quase sempre a posteriori, não do voto, mas do voto que não foi dado.

Essa última atitude expressa, a um só tempo, a imprescindibilidade de todo e qualquer eleitor situar-se em uma das partes em que a sociedade se vê cindida e o conflito entre compromissos ou entre "lealdades primordiais" e compromissos. Frases como: "sou seu amigo, devo-lhe favores, mas tive que votar em Fulano porque me fez um favor muito grande"; "sempre acompanhei o nosso partido, mas, este ano, votei no outro partido porque meu irmão se candidatou"; ou "nem que meu pai me mandasse eu não votaria em um candidato desse outro partido", ditas por eleitores não apenas a candidatos - o que é inteiramente compreensível em uma sociedade em que praticamente todos se conhecem -, são moeda corrente nos dias que antecedem e sobretudo nos dias que se seguem às eleições.

Ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião por excelência para migrações entre facções. O tempo da política é o tempo em que são possíveis os rearranjos ou em que são reformulados os arranjos de compromisso firmados no intervalo entre as duas eleições; em outra época, tais rearranjos continuariam sendo lidos como ingratidão ou traição. Mesmo quando o resultado é a confirmação do mando da mesma facção, esses são movimentos fundamentais. Entre duas eleições muita coisa se passa: conflitos interpessoais inviabilizam a permanência de duas pessoas na mesma facção; favores de diferentes fontes criam para um mesmo indivíduo ou para a mesma família problemas de lealdade, e assim por diante. O tempo da política é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela se faz dela própria.

A busca de adesões não passa, então, pela caça ao eleitor indeciso. Essa, aliás, é uma figura política inexistente nesse tipo de comunidade. A indecisão - o "não sei em quem vou votar" - é automaticamente associada ao voto não-declarado na outra facção. O eleitor disputado pelos candidatos e por seus partidários é o eleitor de voto múltiplo - isto é, aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade -, administrando os conflitos capazes de justificar mudanças de lado, ou envolvido por eles: é o pai de família enredado por compromissos com diferentes pessoas e que poderá, quem sabe, dividir organizadamente os votos de seus dependentes; é o sindicalista incompatibilizado com o político em quem votou na eleição anterior por alguma razão; é o cabo eleitoral "profissional" preterido por seu chefe em favor de algum desafeto; é o líder de um novo grupo religioso, ávido por estabelecer compromissos que o legitimem.

Mas, hoje em dia, a luta mais intensa em busca de adesões ou simplesmente de votos se dá além desses limites e em termos que invertem a procura tradicional de adesões. Nas últimas décadas, contingentes crescentes de trabalhadores rurais transferiram-se de fazendas, sítios e povoados para as chamadas "periferias", "bairros" ou "favelas" das cidades do interior. Se, em certas áreas, mesmo fora da terra, esses trabalhadores permaneceram na atividade agrícola e até mesmo mantiveram seus postos de trabalho, frequentemente ocorreu uma diversificação de atividades e uma grande mobilidade em busca de emprego ou terra para arrendar. Desse último caso, a referência oferecida pelas facções deixou de operar nos termos em que operava antes. Por um lado, situações de desemprego e suas seqüelas, ou mesmo crises de outra natureza, geraram demanda individualizada crescente de assistência às prefeituras ou aos políticos dos municípios; por outro lado, esse mesmo fato e mais a mobilidade dessas populações tornaram mais difíceis as possibilidades de compromissos. Os compromissos tornam-se, então, mais estritamente eleitorais.

Ainda uma vez, contudo, não estará em jogo o "eleitor indeciso", mas o eleitor potencial "em disponibilidade". Disponibilidade relativa, lembre-se de passagem, pois, quando se trata de alguém socialmente e, muitas vezes, especialmente deslocado, os códigos culturais manipulados permanecem os mesmos. Não é por acaso que os candidatos continuarão a abordá-lo nos mesmos termos que abordam não importa qual eleitor, valendo-se de ajudas, favores, promessas capazes de fazê-lo sentir-se comprometido com eles. Se o "voto por dinheiro" ou a "compra de voto" encontra melhores condições formais para se tornar uma realidade, essa não é, ao menos por enquanto, a mudança fundamental.

A grande inversão operada pela caça ao voto nas "periferias" será exatamente a procura do voto de quem não tem vínculos. Não com um apelo categorial ao voto dos "trabalhadores rurais expulsos", ou algo que o valha, mas com a tentativa de comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais. É o caso das

"mulheres largadas", que eram efetivamente numerosas na cidade cujo processo eleitoral acompanhei pessoalmente, no sertão de Pernambuco. Como de hábito, a negociação do voto passa pelo homem chefe de família, a mulher inexistente como eleitora individual. A condição de "largadas", isto é, abandonadas por maridos-pais e não reabsorvidas pelas famílias de origem, torna esposas e filhas "existentes" para o processo eleitoral. Desprovidas da experiência masculina da negociação do voto, elas se tornam um dos públicos selecionados para a atividade de candidatos que querem fazer pender a seu favor a balança que as ocorrências intereleitorais e a campanha nos moldes habituais inclinariam para o outro lado.

Tudo isso evidentemente diz respeito a uma situação específica. Não tenho a pretensão de estar formulando proposições gerais a respeito da política, das eleições ou do voto, o que seria contraditório com essa espécie de postulação da antropologia de que toda generalização deve passar pela comparação dos conjuntos simbólicos que dão sentido às relações sociais em cada sociedade ou segmento de sociedade que está sendo tomado como objeto de conhecimento. O que procurei com essa nota de pesquisa foi oferecer um contraponto capaz de contribuir para que o esforço de relativização de certezas operado pela controvérsia do comportamento eleitoral possa ser levado um pouco mais longe.

Acredito que, se a "sociologização" da abordagem do comportamento eleitoral não se limitar a uma simples - mesmo que ampla - "contextualização" de ações individuais concebidas em termos lógicos e conseguir perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, individuais ou não, inculcando-lhes significado, uma parte dos obstáculos identificados pelo debate terá sido removida.

#### **NOTAS**

1 - (1988), "Le secret de l'isoloir", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 71-72, março.

2 - Trata-se de pesquisa que venho desenvolvendo, em colaboração com Beatriz Heredia, sobre concepções de política entre populações rurais em alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, em que acompanhamos as eleições de 1988 e 1990.